

A BUSCA DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA QUE SUPERE A RACIONALIDADE TÉCNICA: SONHO DE UMA NOITE DE VERÃO

Maria Isabel Batista Serrão (UFSC)

Sendo esse texto resultado de um estudo bibliográfico, o que se objetiva é tecer considerações acerca de algumas das contribuições teóricas referentes às características do *professor reflexivo*, especificamente à metáfora do artista e do artesão.

A busca da superação da racionalidade técnica na formação de professores está presente, particularmente, nas formulações de STENHOUSE (1984 e 1987) e ELLIOTT (1990), que consideram a prática docente como *locus* de produção de conhecimento, pois concebem a investigação como inerente ao exercício profissional neste campo. Entendem os autores que o professor, cotidianamente, depara-se com problemas oriundos de sua prática, que requerem soluções a fim de prosseguir seu trabalho. O professor recupera o que tem acumulado para solucionar os problemas encontrados. Assim, na tentativa de resolvê-los, produz necessariamente conhecimentos. O conhecimento, portanto, é produto da sua experiência. Nesse sentido, a teoria assume um papel de mediação entre uma prática passada e uma prática presente, visando a transformação dessa última, uma vez que ela se torna fonte de problemas que geram ações e saberes e o professor torna-se, então, um pesquisador.

Desse modo, também fica evidente a singularidade de cada prática docente desenvolvida, pois o que guiará a ação de investigação do professor é o seu senso crítico, que se constitui por uma ética e uma estética configurada pela *racionalidade prática*. Tal categoria, retomada de Aristóteles, oferece os elementos para compreender que a prática desenvolvida por um sujeito volta-se para o exercício do *bem*. E mais, os sujeitos visam realizar *bem* suas práticas em busca do *bem*.

Segundo CONTRERAS DOMINGO (1997), ELLIOTT, prosseguindo o pensamento de STENHOUSE e insistindo na idéia que o professor é capaz de produzir teoria na própria prática, recorre à metáfora do artista em oposição à do artesão. Em uma prática regida pela racionalidade técnica, o que se sobressai são as características do professor como um artesão. Um profissional que conhece os processos de trabalho, possui o conhecimento e os instrumentos de produção do que pretende realizar, controla o ritmo e o resultado da sua produção e é capaz de, individualmente, produzir o que se

propôs, não necessitando de crítica externa. Mas realiza ações mecânicas e repetitivas, produzindo sempre um mesmo produto.

Já no que se refere a uma prática na qual a racionalidade técnica foi superada e a reflexão é concebida como o principal meio de produzir aquela prática, o professor é comparado a um artista. Um sujeito que é capaz de elaborar um projeto, possui os meios de produção para concretizá-lo, age intencionalmente, expressa, por meios de diversas linguagens, em seu produto, que sempre será único, valores éticos e estéticos.

Quando os autores recorrem a essa metáfora estão tecendo a crítica sob a ótica do sujeito que realiza as ações, visando romper ou imprimir uma outra lógica em seu trabalho. Portanto, parece que falam do posto de trabalho do profissional e do processo de trabalho, não abordando o modo de produção, tampouco as relações sociais de produção estabelecidas.

CONTRERAS DOMINGO (1997) observa, ainda, que a dimensão da crítica do contexto social no qual está inserida a prática desse chamado “professor-investigador”, ou qualquer outro professor, é ausente nas formulações de STENHOUSE.

Tais formulações desconsideram que há aspectos que configuram a prática do professor que são de ordem institucional e política, organizados a partir de uma trama social complexa e contraditória que dificultará provavelmente as possíveis ações de um professor que, acreditando se tratar de ações que dependem primordialmente de sua atitude reflexiva e crítica diante daquele estado de coisas que conformam *sua* prática profissional, possa vir a intencional rompê-las.

Ademais, o risco de apropriações a-críticas dessas formulações é iminente, pois quem não gostaria de ser um sujeito de sua prática? Quem não busca autonomia e autoria em seu *saber-fazer* e *fazer* profissional docente? A ocorrência desse tipo de apropriações foi evidenciada em recentes produções acadêmicas brasileiras, por meio da pesquisa realizada por PIMENTA (2000). A autora, ao analisar o grau de abstração que tais produções apresentam, alerta para a necessidade de um exercício cuidadoso ao se investigar de forma concreta a realidade educacional brasileira, dada suas peculiaridades forjadas historicamente, que na maioria das produções, não são levadas ao termo e ao cabo.

Mesmo concebendo a escola como “instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 1985:09), os contextos de produção da

investigação acadêmica e as condições de trabalho do professor de uma escola, quer pública ou privada, particularmente no Brasil, são bastante distintos. Mesmo aquelas instituições escolares privadas que entendem serem importantes à reflexão e a pesquisa no exercício do trabalho docente não oferecem as mesmas condições de trabalho e contratuais das instituições educacionais de pesquisa. Há, nestas últimas, uma gama de recursos e uma infra-estrutura para a investigação bibliográfica, o estudo, a leitura, enfim para a realização de ações necessárias para o exercício da pesquisa, ainda que nas instituições públicas tais condições estejam precárias.

Processo de trabalho e relações capitalistas de produção são duas categorias que poderiam nos auxiliar a pensar os limites e as possibilidades do trabalho dos professores e, portanto, da fertilidade da metáfora do professor como artesão ou artista.

Explicar a complexidade das relações capitalistas de produção em poucos parágrafos tende a ser, no mínimo, leviandade! Por isso, o que se pretende aqui é, apenas, traçar em linhas gerais algumas das peculiaridades do trabalho que geralmente é realizado sob o modo de produção capitalista, para que se possa ter em mãos alguns instrumentos analíticos e, dessa forma, compreender os limites e as possibilidades de se conceber o trabalho do professor como um artesão, constrangido pela racionalidade técnica, ou como um artista, livre proprietário de mercadorias únicas, além de sua própria força de trabalho.

Para MARX, o processo de trabalho em geral, considerado independentemente de qualquer forma social determinada, é

atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. (1983:153).

Se tomarmos novamente o exemplo do artesão e o localizarmos no período do feudalismo e no da transição deste para o capitalismo, iremos encontrar características típicas. Neste caso, o trabalho artesanal é considerado aquele por meio do qual o artesão produzia valores de uso e valores de troca, possuía os conhecimentos necessários para a realização das ações voltadas ao fim proposto e tinha a propriedade dos meios de produção - objetos e meios de trabalho¹ - e, portanto, do produto de seu trabalho.

¹ Meio de trabalho é “uma coisa ou um conjunto de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto.” (MARX, idem:150).

No entanto, essa forma de trabalho foi historicamente superada pelo trabalho assalariado, que se constituiu por um longo processo de alienação do trabalhador. O trabalho assalariado, elemento fundamental da relação de produção capitalista, realizado sob novos processos de trabalho, inicialmente pela cooperação e posteriormente pelo advento da grande indústria e da empresa capitalista em geral, subordinou toda e qualquer outra relação social de produção.

A relação capitalista de produção é estabelecida entre sujeitos livres e proprietários de mercadorias a serem comercializadas em um mercado comum. De um lado, sujeitos que não mais possuem a propriedade dos meios de produção, tampouco do produto de seu trabalho. Possuem apenas uma única mercadoria que podem colocar à venda nesse mercado, sua força de trabalho, isto é, “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.” (MARX, 1983:139). De outro, sujeitos que detêm a propriedade dos meios de produção e que, portanto, necessitam comprar essa mercadoria especial – força de trabalho – a fim de que produzam valores de uso e de troca. Mas o curioso é que essa mercadoria apresenta um atrativo muito grande. Ela é capaz de produzir um valor maior do que o necessário para a garantia da sua produção e reprodução. Um valor a mais do que vale! Uma mais-valia, que é um valor para além do valor da força de trabalho.

Assim, a relação social de produção estabelecida pelo proprietário da mercadoria força de trabalho do **professor**, ou seja, ele próprio, configurará o modo pelo qual irá organizar o seu processo de trabalho e principalmente o nível de autonomia e criação das ações que realizará.

Ora, se tomarmos o professor de uma escola privada, teremos um trabalhador que vende sua força de trabalho ao proprietário da escola, uma empresa capitalista, mesmo que essa se assuma juridicamente fundacional, sem fins lucrativos. O seu proprietário, por sua vez vende o serviço educacional de ensino como a mercadoria. Contudo, o valor produzido pelo professor tem uma grandeza maior do que o valor da força de trabalho, pago na forma de salário. Desse modo, o professor não só está alienado do produto de seu trabalho como também do valor excedente que produziu.

Se for professor há muitos anos e aparentemente realizar práticas repetitivas e com a competência técnica exigida, respeitando princípios éticos e estéticos estipulados pela instituição que o contratou, nem assim será um artesão. Será, talvez, um

bom profissional aos olhos institucionais, mas continuará sob a égide do trabalho assalariado.

Se, no entanto, tomarmos um outro professor que se propõe ser, como define SCHÖN (1992a e 1992b), um *practicum reflexivo*, ou ainda como defendem STENHOUSE (1984 e 1987) ou ELLIOTT (1990), um *professor pesquisador*, por mais criativa que tenha sido sua aula, por mais reflexiva que tenha sido sua prática pedagógica, por mais competente tecnicamente, no sentido de garantir apropriados determinados conhecimentos previamente estabelecidos a este fim, por melhores que sejam as condições de trabalho para o estudo, pesquisa e reflexão, a autonomia de seu trabalho estará configurada, fundamentalmente, por esses aspectos da relação de produção que estabeleceu. O que significa dizer que ele pode agir intencionalmente, eventualmente de forma crítica, mas se ferir a condição fundamental do contrato social ao qual subordinou sua prática profissional, ou seja não mais vender sua força de trabalho, não existirá a continuidade de seu trabalho pedagógico. Assim, nem artista, como alguns autores defendem que possa ser, será.

Se o professor de escola privada estabelece uma relação de produção especificamente capitalista, conforme caracterizado anteriormente, o professor de escola pública, por sua vez, estabelece uma relação de produção de natureza distinta. Diferentemente do professor de escola privada, ele não vende sua força de trabalho para um capitalista, proprietário dos meios de produção e este fato, de início, já inviabiliza a relação especificamente capitalista. Ademais, por causa disso, o professor de escola pública não produz valor de troca e, conseqüentemente, mais-valia e capital. Entretanto, embora sejam relações de produção fundamentalmente diferentes, o professor de escola pública, assim como parcela considerável da população, é desprovido da propriedade de meios de produção e, por esse motivo, não pode produzir mercadorias e vendê-las no mercado, o que o obriga a vender a única mercadoria de que dispõe, sua força de trabalho. O professor de escola pública é, portanto, vendedor de força de trabalho, vale dizer, trabalhador assalariado. Assim, ele também estabelece uma relação de exploração, ainda que diferenciada da relação de exploração especificamente capitalista.

Não obstante serem relações de produção de conteúdos distintos, apresentam elas características comuns. Ambos, professor de escola privada e de escola pública, não são proprietários dos meios de produção e, conseqüentemente, dos produtos por eles produzidos e, por essa razão, não são vendedores de outras mercadorias, senão de sua

força de trabalho. Ora, são justamente essas características, que não estão presentes nas relações de produção dos professores de escola pública e de escola privada, que definem a relação de produção do artesão e do artista. Tanto o artesão como o artista são proprietários dos meios de produção e do produto de seu trabalho e, nesta condição, vendedores das mercadorias que produziram – não da força de trabalho – de acordo com as condições necessárias aos respectivos processos de trabalho.

Isso significa dizer que, mesmo que sejam garantidas as condições materiais e institucionais para a viabilização e organização do trabalho de pesquisa e reflexão, rompendo a lógica imposta à instituição escolar, o trabalho do professor, seja ele de escola pública ou privada, não poderá ser concebido como trabalho do artesão ou do artista. Apesar de poder ser capaz de criar, realizar ações com relativa autonomia e construir produtos únicos e saberes próprios não poderá vendê-los como sua criação.

Assim, considerando os limites e as possibilidades, ainda que de forma preliminar e introdutória, da apropriação e formulação dos conceitos “professor-reflexivo” e “professor-investigador”, especialmente pensando na necessidade de apreender concretamente a parcela da realidade educacional brasileira, o que parece manifestar-se é algo semelhante ao que Willian Shakespeare escreveu em *Sonho de uma noite de verão*. Parece que os desejos tão ardentes podem de igual forma e de maneira efêmera serem realizados como delírios ou verdadeiramente como sonhos. Ao contrário, se fossem recuperados os “velhos” instrumentos teórico-metodológicos e utilizá-los na pesquisa educacional como ferramentas para compreensão da realidade, desenvolvendo, como propunha GRAMSCI (1985 e 1986), uma análise concreta de situação concreta, ou mesmo concebendo a realidade como síntese de múltiplas determinações, conforme defendia MARX (1983), poder-se-ia, talvez, transformar um sonho de uma noite de verão em um exercício teórico, político e profissional de sujeitos pertencentes a uma determinada classe social. Portanto ainda há muito que investigar!

BIBLIOGRAFIA

- CONTRERAS DOMINGO, José. *La autonomía del profesorado*. Madrid : Morata, 1997.
- ELLIOT, J. *La investigación-acción en educación*. Madrid : Morata, 1990.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo : Abril Cultural, 1983.
- PIMENTA, Selma Garrido. A pesquisa em Didática – 1996 a 1999. IN: SILVA, Aida Maria Monteiro et all. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro : DP&A, 2000.
- STENHOUSE, L. *Investigación y desarrollo del currículo*. Madrid : Morata, 1984.
- _____. *La investigación como base de la enseñanza*. Madrid : Morata, 1987.
- SCHÖN, Donald. *La formación de profesionales reflexivos: hacia un nuevo diseño de la enseñanza y el aprendizaje en las profesiones*. Barcelona : Paidós, 1992a.
- _____. Formar professores como profissionais reflexivos. IN: NÓVOA, António (coord.) *Os professores e a sua formação*. Lisboa : Dom Quixote, 1992b.

A busca de uma prática pedagógica que supere a racionalidade técnica: sonho de uma noite de verão

Autor e referências profissionais

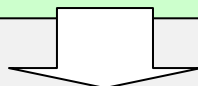
Objetivo

Tecer algumas considerações acerca das contribuições teóricas referentes às características do *professor reflexivo*, especificamente à metáfora do artista e do artesão, recorrentes nas obras de ELLIOTT e STENHOUSE.

ELLIOT & STENHOUSE → Professor é capaz de produzir teorias em sua própria prática.

No entanto realiza ações mecânicas e repetitivas. Para romper essa racionalidade a metáfora do *artista* e do *artesão* é trazida à tona. Um profissional que conhece os processos de trabalho, possui o conhecimento e os instrumentos de produção do que pretende realizar, controla o ritmo e o resultado da sua produção, é capaz de, individualmente, produzir o que se propôs, não necessitando de crítica externa. Sob esse enfoque o professor pode ser considerado um *artista* e não apenas um *artesão*, pois o campo de criação estará aberto → agirá intencionalmente, expressará, por meio de diversas linguagens, em seu produto, que sempre será único, valores estéticos e éticos.

O risco de apropriações a-críticas das formulações referentes ao *professor reflexivo* ou *professor investigador* é iminente!
Quem não gostaria de ser sujeito de sua prática?
Quem não busca autonomia e autoria em seu *saber-fazer* e *fazer* profissional docente?



- Mesmo concebendo a escola, conforme GRAMSCI, como instrumento de elaborar os intelectuais de diversos níveis, os contextos de produção da investigação acadêmica e as condições de trabalho do professor de uma escola, quer pública ou privada, particularmente no Brasil, são bastante distintos.
- Mesmo aquelas instituições escolares privadas, que consideram importante tanto a reflexão como a pesquisa sobre e na prática pedagógica, não oferecem as mesmas condições de trabalho e contratuais das instituições educacionais de pesquisa.

O professor é, em última instância, proprietário apenas de sua própria força de trabalho! Para poder manter-se vivo necessita comercializá-la. Portanto, por mais que detenha o conhecimento sobre o processo de trabalho escolar, sobre o produto que realiza e elabore metas e objetivos para sua prática pedagógica, sua prática social permanece alienada. A relação social de produção, a qual está compulsoriamente submetido, subsume a prática pedagógica particular realizada pelo professor, um trabalhador assalariado. Nesse sentido, se fossem recuperados os "velhos" instrumentos teórico-metodológicos e utilizá-los na pesquisa educacional como ferramentas para compreensão da realidade, desenvolvendo uma análise concreta de situação concreta, ou mesmo concebendo a realidade como síntese de múltiplas determinações, conforme defendia MARX, poder-se-ia, talvez, transformar um sonho de uma noite de verão em um exercício teórico, político e profissional de sujeitos pertencentes a uma determinada classe social. Portanto ainda há muito que investigar e transformar!

